



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

NELMA RENATA DA SILVA

**O PROJETO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE LONGA
PERMANÊNCIA PARA IDOSOS EM BELÉM**

Belém – PA
2019

NELMA RENATA DA SILVA

**NO PROJETO DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA
PARA IDOSOS EM BELÉM**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para a obtenção do
Grau para Bacharelado em Arquitetura e
Urbanismo, sob a orientação da Prof. Dr.
Fabiano Homobono Paes de Andrade -
Orientador

Belém - PA

2019

NELMA RENATA DA SILVA

**O PROJETO DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA
PARA IDOSOS EM BELÉM**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para a obtenção do
Grau para Bacharelado em Arquitetura e
Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabiano Homobono Paes de Andrade – Orientador
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dra. Cybelle Salvador Miranda - Membro
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ronaldo Nonato Marques de Carvalho - Membro
Universidade Federal do Pará

Belém – PA

2019

A minha mãe Hozana.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter me conceder o dom da vida como um ser dotado da capacidade de pensamento e com saúde para fazê-lo, permitindo-me assim contribuir com o meio científico por meio deste trabalho.

À minha mãe Hozana, por ser a mãe paciente e por ser exemplo de pessoa, por ter persistido em me oferecer o máximo que a educação pode proporcionar e por sempre estar presente na minha vida.

À minha família, em especial aos meus irmãos, às minhas tias e à minha prima Joseana por desejarem que eu tenha sucesso na vida. Ao meu namorado que, mesmo distante, me incentivou e me apoiou e aos meus amigos por acreditarem em mim como futura profissional da arquitetura e me incentivarem a conclusão do curso, sim preciso citar nomes - cada um sabe como foi importante na minha caminhada durante os últimos anos – Demetri, Bruna, Mahirú, Jéssica Thais, Joelson, Ronilson, Ádila, Adriane Giovana, Eronildia, Rodolfo, Luana, Edirfran, Jadson, Herickson, Samantha e Patrícia.

Agradeço a todos os envolvidos no meu processo de educação, desde a minha mãe que me dava lições de “ABC” quando a escolinha da Ufra estava de greve, foi assim que eu aprendi a formar e a ler as sílabas com as quais aqui escrevo. Agradeço desde àquela “professorinha” do jardim e do ensino básico inteiro, pois sem elas eu não conseguiria me comunicar por escrito e nem fazer as contas básicas que evoluíram para os cálculos um pouco mais complexos necessários na formação de um arquiteto.

Então chego aos arquitetos, engenheiros, cientistas sociais, graduados em direito, todos com algo em comum: optaram por ser professores, assim me permitindo vivenciar momentos e construir o meu aprendizado com eles. Ao professor Fabiano Homobono pela orientação e disposição em me auxiliar. À professora Rosa Cunha por colaborar nos “trâmites burocráticos” das visitas técnicas, à professora Kláudia Perdigão por ter introduzido no início do curso a “acessibilidade”, assunto pelo qual tive empatia e que acabou sendo tema do meu TCC, à professora Cybelle por ter orientado parte da etapa deste trabalho e ao Professor Ronaldo pela coorientação. Além disso, quero agradecer também aos professores Juliano e Roberta por terem sido super presentes e acessíveis no meu período acadêmico e ao professor

Maurício Leal por ter me permitido a oportunidade de ser bolsista em seu projeto de extensão.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, pelo seu ensino público de qualidade, pela estrutura física sempre em busca de melhorias.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, por todo o apoio que recebi do diretor Luiz de Jesus e da vice Roberta e do colegiado. À secretária Márcia, ao Ézio, à dona Eulália pelo apoio todas as vezes em que precisei de seus serviços na secretaria, mas especialmente à secretária Mara e – novamente – ao professor Fabiano Homobono que me auxiliaram nos momentos finais em que a conclusão da minha graduação estava em risco.

Para a produção deste trabalho, se fez necessária a visita técnica e obtenção de fotografias em uma Instituição de Longa permanência, a qual foi autorizada pelo Governo do Estado do Pará, agradeço ao engenheiro Manuel Alberto Leitão, gerente de engenharia da SEAD – PA e à colaboração da direção e de todos os funcionários da Casa de Longa Permanência, que me trataram cordialmente e me possibilitaram enxergar mais ainda o porquê da necessidade de um ambiente digno para a vivência dos idosos.

Então, aqui eu registro o meu “Muito Obrigada” àqueles que auxiliaram na trajetória até a minha formação neste curso superior.

Nelma

Há dez mil modos de percorrer a vida e de lutar pela sua época
Nise da Silveira

RESUMO

SILVA, Nelma Renata da. **O PROJETO DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS EM BELÉM**. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Promover o debate envolvendo o envelhecimento da população do país e de que maneira a sociedade se prepara para esse “evento” que já acontece. Conta brevemente o histórico da formação da Instituição de longa permanência para idosos. Verifica e discute se a legislação e normas vigentes no que se refere a Instituição de Longa Permanência para Idosos se aplicam às reais necessidades deste público ou se existe a possibilidade de adição, adaptação ou alteração desses instrumentos, baseando-se nos relatos obtidos durante visitas técnica e nos serviços públicos oferecidos no entorno do local de implantação do abrigo. O trabalho se desenvolve para a construção do projeto arquitetônico de uma Instituição de longa permanência para idosos na cidade de Belém, no qual se busca abranger o máximo possível das necessidades dos idosos e dos trabalhadores que ali permanecerão, seguindo as indicações da NBR9050 e proporcionando-lhes assim dignidade, conforto e segurança no período da velhice.

PALAVRAS-CHAVE: Instituição de Longa Permanência para Idosos, idoso, acessibilidade, deficiente.

ABSTRACT

SILVA, Nelma Renata da. **O PROJETO DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS EM BELÉM.** 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

To promote the debate involving the aging of the Brazilian population and how society should get ready for this “event” which is already happening. It briefly tells the history of the formation of the Long Term Care Institution for the Elderly. It checks and discusses whether the legislation and rules in force regarding the Long Term Care Institution for the Elderly apply to the real needs of this public or if there is the possibility of adding, adapting or amendment of these instruments, based on the reports obtained during technical visits and on the public services offered around the shelter location. The work is developed for the construction of the architectural project of a long-term care institution for the elderly in the city of Belém, which seeks to cover as much as possible the needs of the elderly and the workers who will stay there, following the indications of NBR9050 and providing them dignity, comfort and security during the elderly period.

KEYWORDS: Old aged, Housing for Senior, Accessibility, Disabled.

LISTA DE FIGURAS/ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pirâmide etária do Brasil e do Pará previsão ano de 2029.....	19
Figura 2 – Quarto de uma Residência Geriátrica	30
Figura 3 – Localização da capela próxima ao restaurante e ao corredor.	31
Figura 4 – Circulação da ILPI visitada	31
Figura 5 – Cozinha da ILPI visitada	33
Figura 6 – Cozinha da ILPI visitada	34
Figura 7 – Organograma e Fluxograma	35
Figura 8 – Mapa com nome das ruas do entorno	38
Figura 9 – Zona de Ambiente Urbano (Plano Diretor)	39
Figura 10 – Equipamentos Urbanos do entorno	39
Figura 11 – Distância entre o terreno e o Igarapé	40
Figura 12 – Válvula de descarga Hydra	41
Figura 13 – Válvula de descarga Hydra	42

LISTA DE GRÁFICOS/TABELAS/QUADROS

Tabela 1: Proporção de idosos na população. Brasil e grandes regiões, 1991,1996,2000 e 2005	18
Tabela 2: Programa de necessidades e suas características	35
Tabela 3: Quadro de modelos urbanísticos	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
SOMASUS	Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CAPITULO I –	18
2.1.O CUSTO DE MANUTENÇÃO DE UMA ILPI	21
2.2. DO DIREITO À DIGNIDADE NA MORADIA DO IDOSO	22
2.3. DO DIREITO AS ADAPTAÇÕES DO ESPAÇO PARA O DEFICIENTE	23
2.4. A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL APLICADA A ILPI.....	23
2.5. O ESTATUTO DO IDOSO.....	24
2.6. DESINSTITUCIONALIZAÇÃO	24
2.7. VIGILÂNCIA SANITÁRIA.....	25
3. CAPITULO II – A ARQUITETURA ACESSÍVEL, OS IMPACTOS DO ENVELHECER E O IDOSO NA AMAZÔNIA	27
4. CAPITULO III – ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS:	30
4.1. PRECEDENTES.....	30
4.2. ORGANOGRAMA e FLUXOGRAMA	34
4.3. PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	35
4.4. IMPLANTAÇÃO E ESTUDO DA LEGISLAÇÃO LOCAL	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6. REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

A transição da estrutura etária corrente no Brasil é um fator que requer atenção tendo em vista que surge a emergente necessidade de espaços – moradias – adaptados ao usuário idoso, cujo corpo apresenta patologias distintas de quando este era jovem e vigoroso. Há que se dar a devida atenção a detalhes construtivos, como por exemplo o material utilizado em pisos que venha evitar quedas, visto que essa é uma das grandes causas de acidentes entre idosos.

A NBR 9050 e a RDC nº 283 de 2005 dão indicações e padronizações para a construção de espaços adaptados a esse usuário e o estudo de Pedroso (2012) traz a discussão da aplicação dessa norma para o perfil fisiológico do idoso da Amazônia.

Tendo em vista que o a figura do cuidador da família tende a desaparecer, acontece o aumento da demanda por espaços voltados a longa permanência do idoso, e a carência desse tipo de instituição demonstra o despreparo da sociedade, do poder público e o da família para lidar com o fator “envelhecimento”.

Para o estudo e produção de um projeto direcionado ao público idoso há de se compreender inicialmente o significado dos termos idoso e instituição de longa permanência (ILPE) para idosos. Bem como deve-se ter conhecimento de quais as necessidades deste usuário em um ambiente no qual permanecerá durante a sua velhice e de que forma o âmbito da arquitetura deve adaptar-se a este espaço.

Dentre as definições do termo “idoso” existe a do Estatuto do Idoso (LEI), a qual indica que o idoso é aquele com “idade igual ou superior a 60 anos”. No dicionário de Português, a palavra “idoso” significa “que ou quem tem idade avançada, velho”. Enquanto a ONU considera idoso em países desenvolvidos aquele cuja idade é de 65 anos e em países subdesenvolvidos aqueles com idade igual ou superior a 60 anos.

E para a Anvisa, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Neste trabalho tem-se como Objetivos Gerais: Projetar uma ILPI com as instruções

básicas que gerem o ambiente indicado ao idoso. E os objetivos específicos são os seguintes:

- Trazer o debate de como melhorar e cumprir a lei e proteger o idoso de maneira que esse tenha acesso ao envelhecimento com qualidade por ter onde morar, ou seja, ter qualidade em sua moradia.
- Garantir o conforto, segurança e privacidade no novo lar.
- Garantir que o idoso tenha sua identidade e independência preservadas e seus direitos respeitados.
- Demonstrar de forma reunida a aplicação das normalizações técnicas necessárias à moradia do idoso de grau de dependência I.
- Alertar para a necessidade de atenção do poder público e da sociedade para o fenômeno “envelhecimento populacional” para que com isso estejam preparados e possam trabalhar em prol de políticas públicas e ações garantindo a moradia digna ao grande público idoso que está por vir.

A metodologia de pesquisa é a qualitativa, e foi feita uma pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações, trabalhos sobre o tema e pesquisa documental como leis e normas do governo federal, dados do IBGE e também foi feita a pesquisa de campo de forma direta por meio de visitas técnicas nas quais se pôde observar e compreender o funcionamento de uma ILPI, entrevistar os funcionários de uma ILPI pública da cidade de Belém. Esta foi a ordem cronológica de procedimentos seguidos no processo de construção deste trabalho de conclusão de curso:

1. Pesquisa e estudo de Projetos de Institutos de Longa Permanência para Idosos no Brasil e no mundo e visita técnica;
2. Pesquisa e leitura de textos e referências bibliográficas e documentais referentes a idosos e ILPI;
3. Organização de dados e referências para a utilização no desenvolvimento do trabalho;
4. Delimitação, por meio de mapas online (Google Maps), do terreno de implantação do projeto arquitetônico na cidade de Belém e verificação dos serviços ofertados na proximidade;
5. Levantamento das questões legais e jurídicas na legislação da cidade de Belém referente à área escolhida e verificação da padronização do Plano

Diretor relativa ao componente arquitetônico e ao entorno.

6. Solicitação de visita e entrevista aos funcionários de uma ILPI solicitando informações sobre o programa de necessidades, o funcionamento desta e o grau de aceitação e rejeição alcançados com o projeto existente;
7. Definição do Programa de Necessidades, tendo como base as informações obtidas nos estudos dos projetos arquitetônicos de ILPI e nas visitas in loco;
8. Produção de um fluxograma e organograma;
9. Produção das primeiras propostas utilizando croquis;
10. Definição do volume e da forma por meio de programa de modelagem;
11. Desenvolvimento do projeto básico, composto pelas plantas de Implantação e de edificação, cortes, fachadas e elevações;
12. Entrega do TCC impresso;
13. Entrega do TCC devidamente revisado gravado em CD.

2. CAPITULO I –

O problema e questões de investigação neste trabalho são o envelhecimento populacional e a ausência de políticas públicas que abranjam a criação de ambientes voltados a longa permanência do idoso, se fazendo necessária a construção de projetos de ILPI's a fim de minimizar a grande demanda desses locais.

Demonstro de que maneira se pode produzir um projeto para uma Instituição de Longa Permanência para Idosos baseada no que as normas legislações e vivências relatadas em visitas técnicas demonstram ser essenciais e quais espaços podem ser utilizados de maneira alternada e levando em consideração que no entorno podem haver serviços disponíveis.

O envelhecimento populacional não tendia a ser uma preocupação para continentes considerados novos, pois a base populacional em sua maioria era composta por crianças, jovens e adultos, sendo menor o índice de idosos. A velhice e seus obstáculos, portanto, não faziam parte da realidade social. Contudo, nos últimos tempos ocorreu o aumento da população idosa, e o Brasil, inserido no continente americano, também faz parte dessa tendência do envelhecimento populacional, o que torna este um fenômeno de nossa atualidade, o qual requer atenção especial, pois verifica-se que, com o passar dos anos, a proporção de idosos na população do Brasil tende a aumentar e se faz necessário pensar e agir para que a sociedade e o ambiente estejam preparados para lidar e receber esse público em maior quantidade.

Tabela 1: Proporção de idosos na população. Brasil e grandes regiões, 1991,1996,2000 e 2005

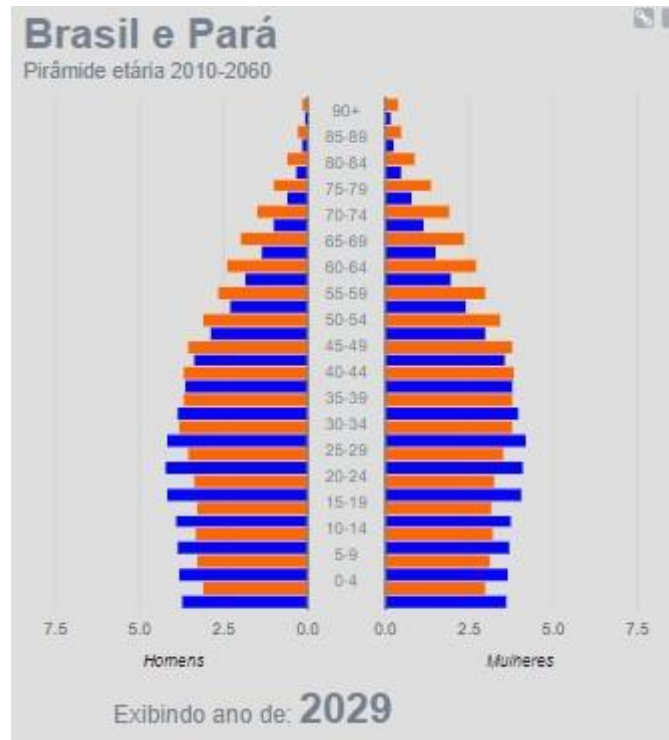
**Proporção de idosos na população
Brasil e grandes regiões, 1991, 1996, 2000 e 2005**

Regiões	Homens				Mulheres				Ambos os sexos			
	1991	1996	2000	2005	1991	1996	2000	2005	1991	1996	2000	2005
Brasil	6,8	7,3	7,8	8,3	7,8	8,5	9,3	10,0	7,3	7,9	8,6	9,2
Norte	4,6	5,1	5,4	5,8	4,6	5,0	5,5	5,9	4,6	5,0	5,5	5,9
Nordeste	7,0	7,4	7,8	8,2	7,5	8,2	9,0	9,8	7,3	7,8	8,4	9,0
Sudeste	7,2	7,7	8,3	8,8	8,7	9,4	10,3	11,0	7,9	8,6	9,3	10,0
Sul	7,1	7,7	8,3	8,9	8,3	9,1	10,0	10,9	7,7	8,4	9,2	9,9
Centro-Oeste	5,2	5,9	6,6	7,2	5,1	5,8	6,7	7,4	5,2	5,9	6,6	7,3

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991 e 2000, Contagem Populacional 1996 e Estimativas Demográficas 2005.

Fonte: IBGE

Figura 1 – Pirâmide etária do Brasil e do Pará previsão ano de 2029



Fonte: IBGE

Mesmo com o aumento da população idosa no país, nota-se que a proporção é menor nas regiões norte e centro-oeste, o que pode se relacionar ao tipo de povoamento ocorrido nessas regiões, demonstrando a influência da posterior migração na qual uma população mais jovem se deslocou em busca de trabalho e melhores oportunidades, trazendo consigo sua família e tornando assim a população dessas regiões um pouco mais jovem se comparadas com as outras regiões. A postergação do envelhecimento populacional nessas regiões não exclui a indispensabilidade do preparo da sociedade e seu ambiente para este potencial usuário.

“O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial. No Brasil o processo iniciou-se a partir de 1960 e as mudanças se dão a largos passos. Em 1940, a população brasileira era composta por 42% de jovens com menos de 15 anos enquanto os idosos representavam apenas 2,5%. No último Censo realizado pelo IBGE, em 2010, a população de jovens foi reduzida a 24% do total. Por sua vez, os idosos passaram a representar 10,8% do povo brasileiro, ou seja, mais de 20,5 milhões de pessoas possuem mais de 60 anos, isto representa incremento de 400% se comparado ao índice anterior. A estimativa é de que nos próximos 20 anos esse número mais que triplique.”(<http://sbgg.org.br/envelhecimento-no-brasil-e-saude-do-idoso-sbgg-divulga-carta-aberta-a-populacao-2/>)

Apesar de já existirem políticas públicas direcionadas ao idoso, elas não podem ser consideradas completas pois não suprem a necessidade emergente de assistência social, saúde e prevenção de doenças a esse público e também não considera que na família “moderna” a figura do cuidador do idoso tende a “desaparecer”, portanto a construção de ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idoso) é útil para suprir a alocação e assistência ao público idoso do nosso país.

O fenômeno do aumento populacional idoso no Brasil torna urgente a criação de políticas que atendam esse público, dentre elas, a construção de abrigos/ASILO de assistência social, proporcionando-lhes assim uma velhice digna. Portanto, neste trabalho desenvolve-se a construção do projeto arquitetônico de uma Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPI) privada e com fins lucrativos que receba idosos por meio privado.

Faz-se revisão ou a criação de um programa de necessidades de atenda este tipo de instituição que voltado especificamente ao público idoso, para isso baseia-se também nas normas e em informações obtidas em pesquisa de campo feitas com os funcionários de um abrigo público do Estado do Pará. O trabalho se desenvolve para a construção de um projeto de arquitetura no qual se busca abranger o máximo possível das necessidades dos idosos e dos trabalhadores que ali permanecerão.

Nesse trabalho o idoso público alvo do projeto é aquele que venha a necessitar de atendimento asilar, que busca esse serviço de forma compulsória, que seja independente, mesmo que requeira uso de equipamentos de autoajuda.

Para a compreensão da atmosfera que envolve o idoso, foram feitas leituras de dissertações, foram feitas coletas de dados relacionados aos idosos no Brasil, no qual pude constatar pela previsão da estrutura etária que haverá o aumento do número de idosos. Existindo o idoso que não tenha um cuidador em sua família e que poderá se instalar em casas de longa permanência.

A legislação acusa a necessidade de adaptação dos ambientes para a dignidade e inclusão do idoso e indica a criação do abrigo de assistência social. E surge uma questão: incluir neste abrigo o atendimento emergencial básico ou manter apenas o de assistência social? Essa questão será respondida pelo no estudo dos equipamentos urbanos do entorno.

2.1.O CUSTO DE MANUTENÇÃO DE UMA ILPI

A construção de uma obra de um projeto com certeza requer um grande investimento financeiro tendo em conta que se deve pagar entre outras despesas os materiais construtivos, os de acabamentos como tinturas, forros e esquadrias, as tubulações mão-de-obra projetos arquitetônico, civil, elétrico, plano de rota de fuga em caso de sinistro e os materiais indicados como acessíveis, que geralmente adicionam um custo a mais ao projeto, precisando ser escolhidos materiais de longa durabilidade. Também deve-se levar em consideração o mobiliário utilizado, bem como os eletrônicos, eletrodomésticos e os equipamentos utilizados pelos profissionais de atuação de terapia e acompanhamento (computadores, barras, bolas, macas etc.)

Sem embargo existe o Decreto número 5296 o qual demonstra haver um incentivo para construção de serviços para o portador de deficiência portanto a ILPI pode se enquadrar neste decreto, poderá garantir o financiamento de recurso público.

“III - a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar;”
(DECRETO FEDERAL Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.)

Agora para a manutenção de uma instituição existem gastos como o pagamento de funcionários, medicamentos, alimentação, eletricidade, fornecimento de água, linha de telefone, produtos de limpeza, serviço de lavanderia. As instituições também podem contar com a apoio filantrópico e doações que venham a servir para o uso interno. Quando são filantrópicas consegue-se isenção de certos impostos e taxas, podendo contar também com maior probabilidade de receber auxílio voluntário e de pessoal cedido pelo Estado.

Camarano e Kanso afirmam que em média, cada instituição gasta mensalmente R\$ 717,91 por residente, sendo o valor mínimo de R\$ 92,92 e o máximo de R\$ 9.230,77, sendo que as despesas de 52,5% com o pagamento de quadro de funcionários, 14,1% com alimentação e 9,4% com as despesas fixas. Enquanto os gastos com medicamentos são geralmente responsabilidade dos familiares ou são recebidos por doações.

Elas afirmam também que “as instituições brasileiras vivem principalmente do

recurso aportado pelos residentes e/ou familiares. Aproximadamente 57% das receitas provêm da mensalidade paga por esses. Financiamento público é a segunda fonte de recursos mais importante, responsável por aproximadamente 20% do total. Além disso, as instituições contam também com recursos próprios, que compõem 12,6% do total do financiamento.” (CAMARANO e KANSO, 2010)

Há, dentre os residentes das ILPIs, aqueles que não possuem aposentadoria. Esses representam, possivelmente, o grupo de idosos de extrema pobreza. Para esses, as ILPIs encaminham a solicitação do Benefício de Prestação Continuada, mas apenas a partir do momento em que completam 65 anos.

2.2. DO DIREITO À DIGNIDADE NA MORADIA DO IDOSO

A concepção leiga de “Instituição de Longa Permanência para Idoso” é concebida pela população em geral como a de um local onde ocorre o abandono familiar dos entes mais velhos e onde viverão sob escassez de cuidados, isso devido ao contexto histórico, por terem existido locais onde pessoas doentes e carentes recebiam ajuda, sendo diferente da ILPI, pois esta possui regras sanitárias a se seguir e fiscalização por parte de órgãos reguladores.

“No Brasil, não há consenso sobre o que seja uma ILPI. Sua origem está ligada aos asilos, inicialmente dirigidos à população carente que necessitava de abrigo, frutos da caridade cristã diante da ausência de políticas públicas. Isso justifica que a carência financeira e a falta de moradia estejam entre os motivos mais importantes para a busca, bem como o fato de a maioria das instituições brasileiras ser filantrópica (65,2%), o preconceito existente com relação a essa modalidade de atendimento e o fato de as políticas voltadas para essa demanda estarem localizadas na assistência social.” (CAMARANO e KANSO, 2010, p.1)

Dentre as medidas específicas de proteção ao idoso, o Ministério público determina o abrigo em entidade como uma delas.

Algumas pessoas têm o preconceito de que o “asilos” é um lugar onde os familiares colocam os idosos e que lá viverão sem cuidados e passíveis ao abandono. Provavelmente essa concepção ainda existe devido as instituições antigas. Por conta disso o termo “asilos” carrega consigo o estigma de maus tratos.

Contudo, a ILPI é um local que segue normas e regras e que está sob fiscalização de agências reguladoras como Conselhos de Idosos, ANVISA e Ministério Público, e seus funcionários são profissionais treinados e formados para lidar humanamente

com o idoso.

A ANVISA dispõe condições gerais que uma ILPI deve garantir ao idoso, sendo um local aonde ele poderá exercer seus direitos e ter sua identidade preservada, sua liberdade de crença e de ir e vir respeitadas,

2.3. DO DIREITO AS ADAPTAÇÕES DO ESPAÇO PARA O DEFICIENTE

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 traz a política nacional para a integração da pessoa com deficiência, garantindo a ela acesso a direitos como a adaptação acessível de espaços, a educação, a saúde, o trabalho, o desporto, o turismo, o lazer, a previdência social, etc.

“CAPÍTULO II Dos Princípios

Art. 5º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;(...)

Art. 19. Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal;”

2.4. A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL APLICADA A ILPI

A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Sendo que o benefício da prestação continuada não será prejudicado em caso de acolhimento do idoso ou pessoa com deficiência em instituições de longa permanência.

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garante ao idoso e ao deficiente, que não tenham condições de se manter ou de serem mantidos pela sua família, o salário mínimo de benefício mensal.

2.5. O ESTATUTO DO IDOSO

Estatuto do idoso é a Lei número 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Ela surgiu porque antes de sua criação existia o assistencialismo para o idoso, mas sem ser considerado uma questão política, apenas contando com a ajuda de doações e voluntariados. As instituições asilares foram discutidas e com o estatuto passa a existir uma política nacional do idoso. São criados os conselhos nacional, estadual e municipal do idoso, e os asilos passam a ter o caráter política pública, e o idoso passa a ser uma política de prioridades absolutas, pois a pessoa idosa faz parte da política. O estatuto do idoso trouxe como avanço porque a questão da pessoa idosa se torna uma política pública a nível nacional estadual e municipal, não sendo mais assistencialismo, Existe uma política que regulamenta o funcionamento das instituições, a garantia de direitos ao idoso como estacionamento, assento gratuito em viagens regionais, caixas exclusivos ou prioridade, atendimento na saúde, bancos e serviços e etc.

O Estatuto defende o idoso e institui em seu artigo 37 que as instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

2.6. DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

Até meados da década de 80 ainda existiam manicômios e hospitais psiquiátricos, que acolhiam pessoas que possuíam graves transtornos mentais . Anteriormente no Brasil, antes da lei do Sistema Único de Saúde e da lei de Saúde Mental , as pessoas que tinham algum transtorno mental, eram institucionalizadas, fosse por decisão de suas famílias ou por estarem “perambulando” nas ruas e não saberem seus destinos, eram então encaminhadas ao Hospital de transtorno mental, e ficavam institucionalizadas, sob o poder do Estado e por este mantidas.

Contudo a política de saúde mental foi reformulada com a Lei do SUS sendo assim redefinida, e se enxergou os transtornos mentais como um problema de saúde que precisava de acompanhamento de uma equipe. Em 2001 é aprovada a Lei Federal 10.216, que dispõe sobre a proteção e o direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental que dá origem à

política de saúde mental e o programa de humanização no SUS, que é o programa “Volta pra Casa”, onde as pessoas, antes institucionalizadas, voltaram para suas famílias e passaram a ter apoio do Estado no quesito de tratamento e acompanhamento, persistindo nas residências terapêuticas apenas as pessoas sem vínculo familiar. O estado tem responsabilidade de prover remédios, e oferecer tratamentos médicos, psiquiátricos e psicológicos.

Antes a saúde mental era considerada uma questão de assistencialismo e então a passou a ser considerada como uma questão da política de saúde, foram criados e implementados os CAPS, centros de atenção psicossocial, onde a pessoa terá direito ao remédio, assistente social e acompanhamento de uma equipe interdisciplinar,

A desinstitucionalização consiste, portanto, na criação de uma política de saúde mental onde se desconstruiu o tratamento manicomial passando para o tratamento de saúde mental integral envolvendo apoio àquele com transtornos mentais.

“Na idade média e na idade renascentista os lugares de cura eram essencialmente os asilos: neste caso o cuidar das pessoas correspondia, numa ótica religiosa, à idéia de uma boa morte, mais do que de uma boa vida. Progressivamente a atenção se deslocou dos doentes para as doenças e em época moderna chegou-se a uma progressão que identifica a saúde como a norma positiva absoluta e a doença como o fato anômalo negativo. Com o nascimento da clínica constituiu-se um saber técnico e um aparato ideológico.”(Venturini, E. 2010)

2.7. VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Resolução de Diretoria Colegiada no. 283 de 2005 traz o padrão mínimo para o bom funcionamento de uma ILPI. Nela verifica-se que existe a possibilidade de escolha entre terceirizar alguns serviços:

“4.5.6 - A instituição poderá terceirizar os serviços de alimentação, limpeza e lavanderia, sendo obrigatória a apresentação do contrato e da cópia do alvará sanitário da empresa terceirizada.

4.5.6.1 A instituição que terceirizar estes serviços está dispensada de manter quadro de pessoal próprio e área física específica para os respectivos serviços.” (RESOLUÇÃO - RDC Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005)

Esta RDC também estabelece que a quantidade de cuidadores para uma ILPI com idosos grau de dependência I seja de um cuidador para cada 20 idosos ou fração e a carga horária de 8 horas por dia. Estabelece também os ambientes que a

instituição deve possuir. Essas indicações foram devidamente observadas para a produção do projeto arquitetônico deste trabalho. A ANVISA também tem como função a fiscalização de ambientes por ela regulamentados.

3. CAPITULO II – A ARQUITETURA ACESSÍVEL E OS IMPACTOS DO ENVELHECER E O IDOSO NA AMAZÔNIA

Uma das funções da arquitetura é a de garantir a utilização do espaço por um maior número de usuários. Vitruvius, em “O tratado da arquitetura” nos deixou um estudo voltado para a aplicação e normatização do uso do espaço voltado para a escala do corpo humano padronizado e perfeito. Também se tem a ideia do design universal aonde se produz espaços, produtos e serviços de modo que não haja necessidade de adaptações para que algum tipo de usuário específico, tendo em vista que o design já abrange a inclusão de todas as pessoas. O design universal não é estrito ao idoso ou ao deficiente, o seu conceito é o de fazer espaços de convivência e de trabalho igualmente confortáveis, seguros e acessíveis para todos, independente de altura ou habilidade física, São possibilidades que podem ser colaborar com a moradia de um idoso, contudo são ideias bem aproveitadas por usuários de todas as idades.

A NBR 9050 normatiza a acessibilidade aplicada a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Com ela são estabelecidos parâmetros técnicos para a construção, instalação e adaptação de equipamentos e mobiliários. Visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente.

Ela pode ser bem utilizada para a projeção do espaço voltado ao idoso, por esse ser um indivíduo que requer adaptações acessíveis, pois sofre alterações em sua postura, tem uma perda de equilíbrio, por exemplo, ocasionando na necessidade da utilização de barras laterais em circulações.

Dentre as alterações ocorridas no período do envelhecimento, Pedroso (2012) destaca que a visão é um dos aspectos mais importantes que devem ser levados em conta no desenvolvimento de um projeto arquitetônico, considerando-se que é um dos sentidos que mais é afetado pelo processo de envelhecimento. Toda a atenção dada às adaptações do espaço pro idoso e deficiente podem ser encontradas na NBR 9050, e ela foi uma fonte de apoio para a produção do projeto arquitetônico da ILPI.

Procurando compreender quais as necessidades específicas do idoso da Amazônia

pela sua fisiologia particularmente diferente se comparada ao idoso de outras regiões, em seu estudo, Pedroso (2012) conclui que o idoso da Amazônia possui estatura menor que o idoso de São Paulo.

Pedroso (2012) também destaca que com o envelhecimento, algumas ações corporais se tornam limitadas como a qualidade da visão, a postura, o caminhar, o alcance braçal, e essas informações trazem reflexões que devem ser incorporados ao programa de necessidades quanto a escolha de materiais construtivos, de acabamentos, as mobílias e o próprio planejamento do projeto em si. Considerando que alguns idosos também fazem uso de cadeira de rodas ou equipamentos de ajuda para sua locomoção, há de se pensar no espaço construído como um facilitador e auxiliador das necessidades do usuário idoso. Corredores devem ser largos para a possível passagem de cadeira de rodas e podem conter barras de apoio lateral servindo como um “corrimão” de apoio ao idoso que ali caminhar, o indicado em um projeto que requer atenção delicada a essas necessidades é seguir as normas indicadas da NBR9050.

Pedroso (2012. p.33) indica que “os indivíduos idosos podem apresentar também distúrbios da marcha e do equilíbrio, provocados por doenças, e estes distúrbios constituem fatores de risco para quedas e dependência.”. Essa dificuldade na mobilidade, no equilíbrio e na marcha torna necessária a atenção para o tipo de piso escolhido, não podendo ser liso pelo fato deste ser escorregadio, portanto a escolha de pisos anti-derrapantes e com atrito poderão evitar acidentes como quedas.

Pedroso (2012. p. 27) explica de que maneira o tato se torna comprometido durante a velhice: “Para Stuart-Hamilton (2002, p.33) os adultos mais velhos apresentam limiares de tato mais elevados, isto é, uma estimulação mais intensa da pele é necessária para ser detectada”, por conta disso é preciso que se escolha mobílias e objetos que facilitem o uso do ambiente, como por exemplo maçanetas e torneiras em que não haja a necessidade de pegada firme, mas sim que sejam em “alavanca” tornando o seu uso menos difícil.

Os móveis devem considerar o alcance braçal do idoso, não sendo muito altos e nem tornando necessário o uso de escadas ou patamares para o alcance de objetos, pois “com o envelhecimento, há diminuição lenta e progressiva da massa muscular. Esse declínio muscular idade-relacionada é designado sarcopenia, termo que denota o complexo processo do envelhecimento muscular associado a diminuição

da massa, da força e da velocidade de contração muscular.” (PEDROSO, 2012. p.28).

O idoso da Amazônia possui certas características peculiares para a arquitetura o envelhecimento populacional requer uma demanda de projeto e design diferente, deve-se adaptar o projeto as alterações e limitações que o corpo sofre. “A postura de um idoso “é menos ereta que a de um jovem adulto, e o andar é mais lento, o comprimento dos passos mais curto. Os reflexos posturais são diminuídos, tornando o indivíduo mais suscetível à perda de equilíbrio” (PIRES, 2009, p.83) apud PEDROSO, 2012.p.29

Assim sendo utiliza-se o corpo humano como unidade de medida e referência, para conhecer suas dimensões e seus movimentos, torna-se imprescindível para o dimensionamento do ambiente, mobiliário e equipamentos em projetos de acessibilidade.

4. CAPITULO III – ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS:

4.1. PRECEDENTES

Feita uma pesquisa por Casas de Repouso na internet, obtive exemplos que considero importante compartilhar. O idoso precisa ter a sua identidade afirmada e ser respeitado como pessoa, portanto sua memória e suas preferências também devem fazer parte da composição do espaço, e neste quarto da figura abaixo, os objetos pessoais da pessoa são utilizados para a decoração e composição do seu quarto.

Figura 2 – Quarto de uma Residência Geriátrica



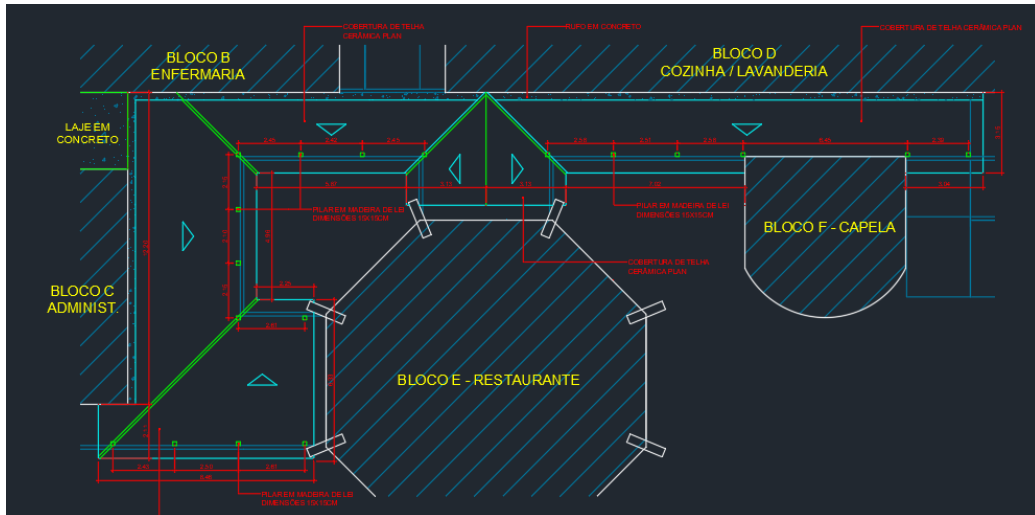
Fonte: Google Images

As visitas técnicas à Unidade de Acolhimento à Pessoa Idosa Lar do Socorro Gabriel ocorreram no ano de 2016. E essa ILPI, que é um abrigo recém construído no bairro Val de Cans no Conjunto Providência em Belém do Pará, tem a capacidade para 50 idosos e é construída em uma área de 2.230 m², provida de instalações para a prática da terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, enfermarias, mais dormitórios, cozinha, lavanderia, capela e área administrativa. Me foram cedido os projetos arquitetônicos e fotografias do acervo próprio da Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará, dos quais mostrarei algumas imagens.

Um ponto observado em entrevista que traz certo “desconforto” perante o projeto

atual é o fato de a Capela se localizar entre os compartimentos presentes do corredor central e praticamente ao lado do restaurante de maneira que não existe certa “privacidade” para o que se faz nesta Capela.

Figura 3 – Localização da capela próxima ao restaurante e ao corredor.



Fonte: Projeto arquitetônico de ILPI cedido pelo Governo do Estado

O ponto que agradou ao meu ver como estudante de arquitetura foi o uso de rodapé com cor que se destacasse, esse é um detalhe construtivo muito importante para o ambiente de utilização do idoso por questões de segurança, já que a pessoa com mais idade tende a ter dificuldades de visão o rodapé vai delimitar o espaço e separar visualmente o piso da parede.

Figura 4 – Circulação da ILPI visitada



Fonte: Álbum de fotos de uma ILPI cedido pelo Estado

Em entrevistas das visitas técnicas foram observadas as seguintes informações acerca do programa de necessidades para os ambientes daquela ILPI. Como programa de necessidade precisa-se de uma guarita para que haja uma triagem do visitante ao local. Precisa-se de um espaço para a manutenção da higiene, como fazer a barba, cortar cabelos e tratar das unhas.

Notou-se que a cozinha é uma das áreas que requer grande atenção e deve ser planejada de acordo com o número de usuários a serem atendidos, a partir desse quantitativo é que se decide as suas dimensões. É um ambiente de pequeno fluxo, no qual pessoas transitam algumas vezes com as mãos ocupadas e por isso requer o uso de equipamentos específicos, como por exemplo portas “vai e vem”. Requer uma área para armazenamento de frios como Hortifruti com refrigeração, pode ser por um aparelho Split. Para o armazenamento de carnes há necessidade de câmaras refrigeradas.

Ainda para a cozinha também se requer uma dispensa munida de algumas unidades de armários inox para gêneros estocáveis como por exemplo o arroz, feijão, etc. A sua área de cocção necessita de uma coifa e exaustor e por ser um ambiente muito quente deve-se atentar para a utilização de ventilação natural vedada com telas afim de se evitar a invasão de insetos.

Também deve-se observar que em média 10% dos idosos consomem sua dieta via oral dieta enteral, então o planejamento e manipulação dessas dietas específicas deve ser feito na sala de dietas especiais. Necessita-se de uma cama para Hortifruti visto que no mínimo duas vezes por semana ocorre o abastecimento de produtos na Câmara que necessita de um exaustor e de refrigeração é possível uma janela nos autos ou balancim câmaras frigoríficas de resfriamento para refrigeração das carnes e proteínas.

A cozinha também precisa de uma balança para o preparo dos alimentos e dietas, a ilha de cocção com coifas, bancadas extensas para manipulação, corte e higienização das verduras, bancadas separadas execução preparo para o preparo das Dietas a ilha de cocção requer uma coifa e bancadas extensas para o preparo de cada tipo de alimento e sua manipulação precisa de um tanque grande para utensílios higienização de panelas e outro para a higienização do alimento que deve ser separado na higienização de carne. O piso deve ter piso antiderrapante e a cor predominantemente branca. As janelas devem ter tela janela com tela as bancadas

devem ser grandes para a manipulação de diferentes tipos de alimentos, pias grandes para a limpeza de panelas de grande porte, tanques grandes com atenção especial para que utensílios pequenos não escorram pelo encanamento.

A bancada deve ser grande para corte e higienização de verdura, para a higienização de panelas utiliza-se um tanque grande, precisa-se de uma bancada para manipular alimento pronto , de de prateleiras para panelas, prateleiras para temperos, áreas climatizada de preparo de carnes separada da cozinha afim de evitar a deterioração do alimento , e precisa-se de uma área de distribuição dos alimentos nos carrinhos

A sala para nutricionista deve ser de preferência com a visualização da cocção por meio de uma janela de vidro na área interna da cozinha. Aponta-se também a necessidade de uma sala de nutrição clínica como um consultório separada da cozinha para atender o público externo com balança.

Figura 5 – Cozinha da ILPI visitada



Fonte: Álbum de fotos de uma ILPI cedido pelo Estado

Figura 6 – Cozinha da ILPI visitada



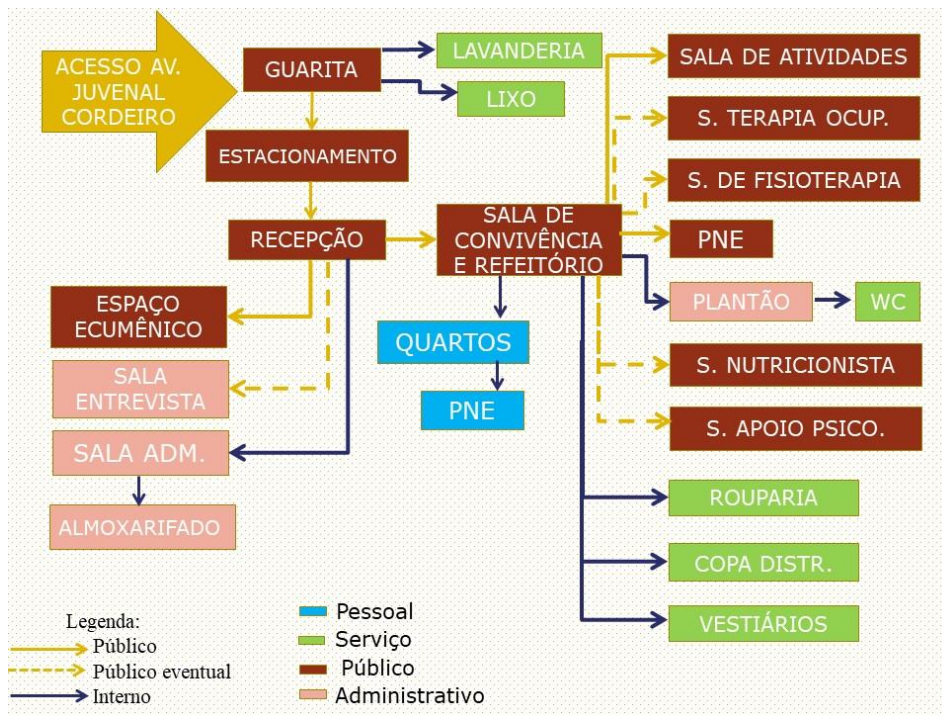
Fonte: Álbum de fotos de uma ILPI cedido pelo Estado

A lavanderia precisa de uma bancada para levar o tecidos menores, e de área destinada ao maquinário específico para lavar vestiário adequado. O refeitório geral precisa de mesas e cadeiras e espaço para o transporte de carro térmico com alimento.

A sala de atendimento do psicólogo é uma sala de consulta normal ou a consulta pode ser feita diretamente no leito. No projeto a ser apresentado, se seguirá as normas da RDC 50.

4.2. ORGANOGRAMA e FLUXOGRAMA

Figura 7 – Organograma e Fluxograma



4.3. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Tabela 2: Programa de necessidades e suas características

Ambiente	Característica
Administrativo	
SALA ADMINISTRATIVA/REUNIÃO	2 mesas pra computadores, 2 armários pequenos e 1 mesa para reunião
PLANTÃO	Quarto com 1 cama e 1 armário dividido em cima e baixo/(1 cuidador para cada 20 idosos de graus de dependência 1)
SALA ENTREVISTA	Mesa e cadeiras
ALMOXARIFADO	Indiferenciado com área mínima de 10,0 m ² .
Social	
RECEPÇÃO	Balcão para 1 atendente, área de estar com sofá para visitas.
REFEITÓRIO/	área mínima de 1m ² por usuário, acrescido de local para guarda de lanches, de lavatório para higienização das mãos e luz de vigília.

SALA DE ATIVIDADES COLETIVAS	Para no máximo 15 residentes, com área mínima de 1,0 m2 por pessoa
SALA DE CONVIVÊNCIA	área mínima de 1,3 m2 por pessoa Área de convivência com 1 tv, sofás e 4 mesas para refeição/jogos
BANHEIROS COLETIVOS ACESSÍVEIS SEPARADOS POR SEXO	Com no mínimo, um box para vaso sanitário que permita a transferência frontal e lateral de uma pessoa em cadeira de rodas, conforme especificações da NBR9050/ABNT. a) As portas dos compartimentos internos dos sanitários coletivos devem ter vãos livres de 0,20m na parte inferior.
ESPAÇO ECUMÊNICO /MEDITAÇÃO	
ÁREA EXTERNA PARA CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES AO AR LIVRE	Jardim, ambiente, (solarium com bancos, vegetação e outros)
Saúde e Acompanhamento ao Idoso	
TERAPIA OCUPACIONAL - SALA DE CONSULTA DE GRUPO/ FISIOTERAPIA - SALA DE CINESIOTERAPIA E MECANOTERAPIA	SERÁ USADA DE FORMA ALTERNADA A min de 2,20m ² por paciente com mínimo de 20,00m ² .Piso Liso (sem frestas), de fácil higienização e resistente aos processos de limpeza, descontaminação e desinfecção.Parede Lisa (sem frestas), de fácil higienização e resistente aos processos de limpeza, descontaminação e desinfecção.*Teto Deve ser resistente à lavagem e ao uso de desinfetantes.Porta Revestida com material lavável. Vão mínimo de 0,80 x 2,10m.Instalações hidráulicas e sanitárias: Água fria – lavatório para as mãos. /sala para cinesioterapia e mecanoterapiaÁrea mínima a depender do equipamento utilizado, área média 45,40m ² .Piso Liso (sem frestas), de fácil higienização e resistente aos processos de limpeza, descontaminação e desinfecção.Parede Lisa (sem frestas), de fácil higienização e resistente aos processos de limpeza, descontaminação e desinfecção.Teto Deve ser resistente à lavagem e ao uso de desinfetantes.Revestida com material lavável. Vão mínimo de 0,80 x 2,10m.*Instalações hidráulicas e sanitárias: Água fria – lavatório para as mãos.
NUTRICIONISTA	Consultório pequeno, mesa de computador, cadeira.
SALA PARA APOIO INDIVIDUAL E SÓCIO FAMILIAR	área mínima de 9,0 m2
Serviço	

COPA DISTRIBUIÇÃO E DESPENSA	O serviço de preparo do alimento será terceirizado. Porém precisa-se de espaço para o armazenamento e distribuição dos alimentos devem seguir o estabelecido na RDC nº. 216/2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação
LAVANDERIA / ROUPARIA	O serviço de lavanderia será terceirizado. Porém precisa-se de espaço para o depósito separado de roupas íntimas sujas e limpas.
LOCAL PARA GUARDA DE ROUPAS DE USO COLETIVO	
LOCAL PARA GUARDA DE MATERIAL DE LIMPEZA	
VESTIÁRIO E BANHEIRO PARA FUNCIONÁRIOS SEPARADOS POR SEXO	a) Banheiro com área mínima de 3,6 m ² , contendo 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 10 funcionários ou fração. b) Área de vestiário com área mínima de 0,5 m ² por funcionário/turno.
LIXO	Lixeira ou abrigo externo à edificação para armazenamento de resíduos até o momento da coleta. 6 Lixeiras
ESTACIONAMENTO	
GUARITA	Espaço para a triagem e controle de entrada e saída
Pessoal	
DORMITÓRIO SEPARADO POR SEXO	a) Se para 1 pessoa, deve possuir área mínima de 7,50 m ² , incluindo área para guarda de roupas e pertences do residente. b) Se dormitórios para de 02 até no máximo 04 pessoas devem possuir área mínima de 5,50m ² por cama, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos residentes. c) Devem ser dotados de luz de vigília e campainha de alarme. d) Deve ser prevista uma distância mínima de 0,80 m entre duas camas.
BANHEIRO ACESSÍVEL	O banheiro deve possuir área mínima de 3,60 m ² , com 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro, não sendo permitido qualquer desnível em forma de degrau para conter a água, nem o uso de revestimentos que produzam brilhos e reflexos.

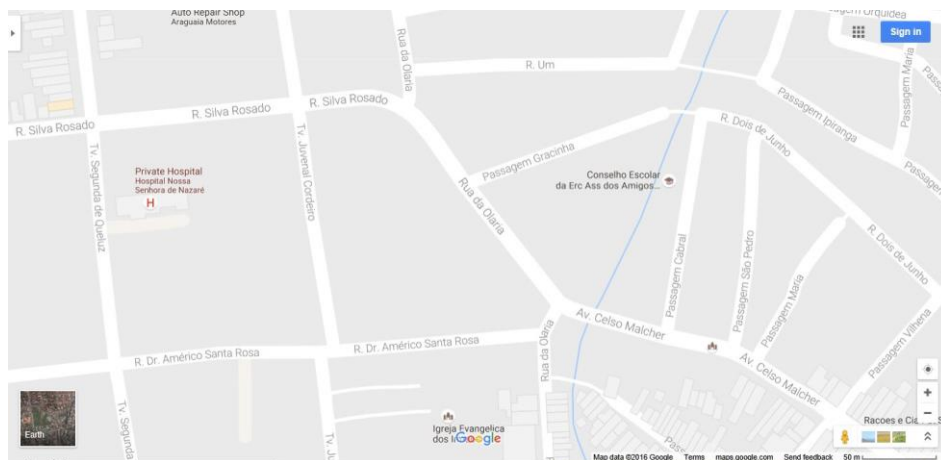
4.4. IMPLANTAÇÃO E ESTUDO DA LEGISLAÇÃO LOCAL

A escolha do local se deu pela observação de um terreno vazio em uma das vias por onde a linha de ônibus “Canudos” perpassa. Antes era conhecido por Curtume, por a muitos anos atrás ser um local aonde tingiam-se couros. Neste terreno foi iniciada a

construção de um projeto de moradia do governo, contudo, foi abandonado, e lá apenas se encontram fundações de algumas casas.

É localizado na barreira entre os bairros da Terra Firme e Canudos, próximo ao Igarapé do Tucunduba. É um terreno definido pelas ruas Doutor Silva Rosado (Rua Júlia Richard), Rua da Olaria, Rua Dr. Américo Santa Rosa e Travessa Juvenal Cordeiro. As medidas de suas fachadas são respectivamente: 56,97 m, 109,27 m, 142,95 e 155,74 e sua área aproximada é de 17.113 m².

Figura 8 – Mapa com nome das ruas do entorno

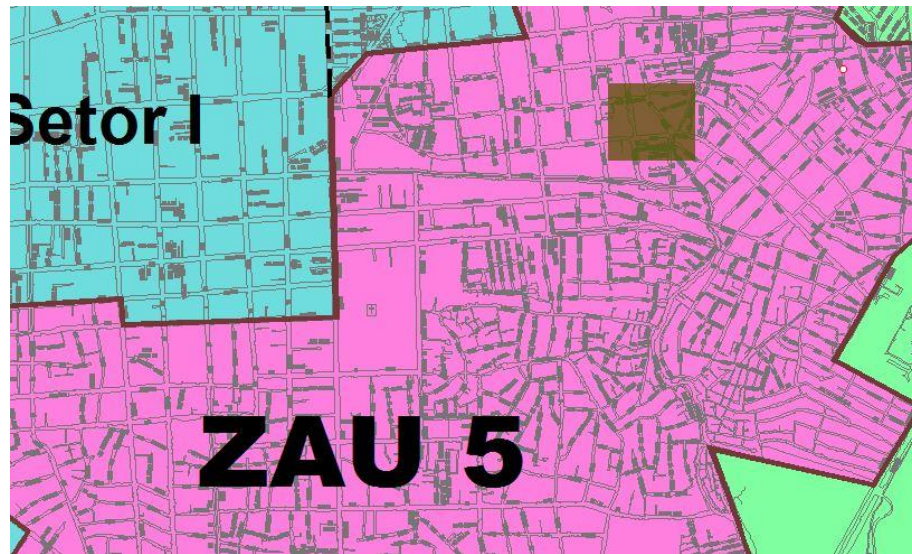


Fonte: Google Maps

Localizada segundo o zoneamento do plano diretor de Belém em uma Zona de Ambiente Urbano 5, próximo ao Igarapé Tucunduba e ao centro comercial do bairro da Terra Firme. Fica próximo a um hospital particular, e igrejas, feira da Terra Firme, “piscina do Nehemias” e a piscina da UFRA, pontos de ônibus, serviços, supermercados, farmácias, posto policial, ou seja, seu entorno é de fácil acesso aos serviços, equipamentos urbanos de saúde, segurança, lazer, religioso, meio de transporte.

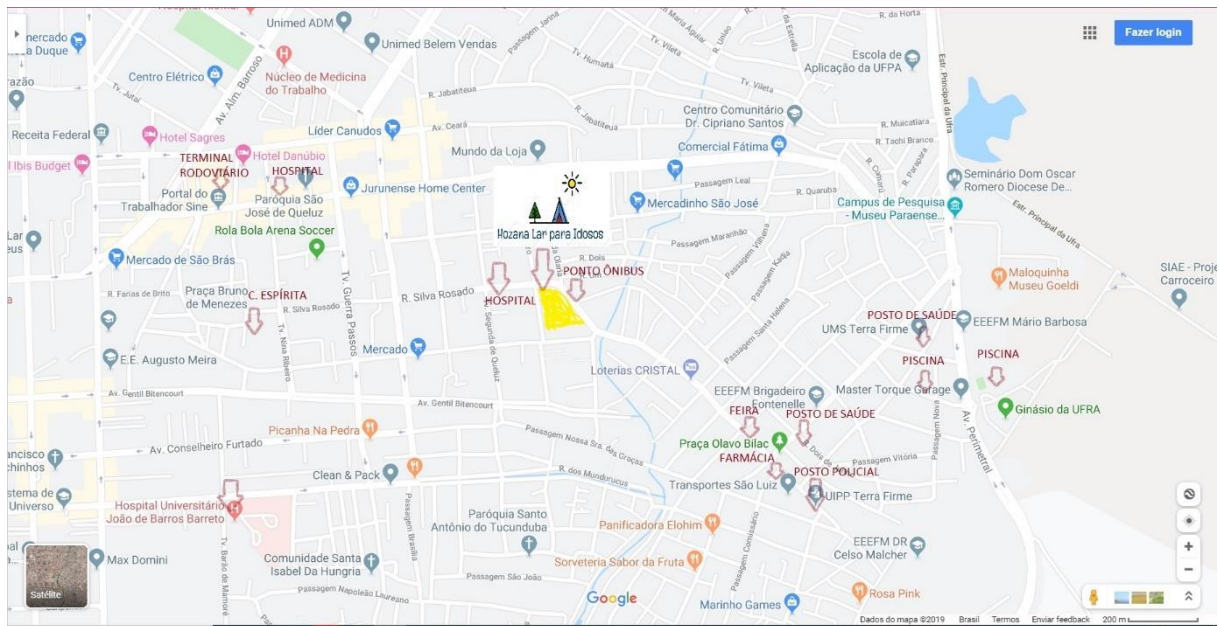
Levando em consideração que existem equipamentos de saúde próximos à localização da ILPI, não se fará necessário a inclusão de espaço para atendimento emergencial.

Figura 9 – Zona de Ambiente Urbano (Plano Diretor)



Fonte: Plano Diretor de Belém

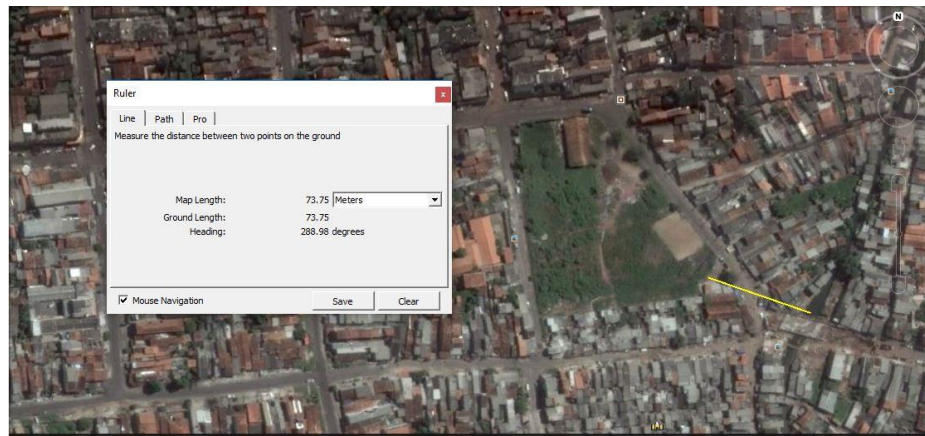
Figura 10 – Equipamentos Urbanos do entorno



Fonte: Google Maps

O Igarapé do Tucunduba fica aproximadamente a 73,5 metros distante do terreno, ou seja, pelo enquadramento do Código Florestal esta área não se caracteriza como uma Área de Preservação Permanente em área urbana por ultrapassar o limite mínimo de 30 metros para as faixas marginais para cursos d'água com menos de 10 metros de largura. Portanto pode-se projetar de acordo com os limites estabelecidos pela legislação urbanística de Belém.

Figura 11 – Distância entre o terreno e o Igarapé



Fonte: Google Maps

No Plano Diretor, enquadrou-se no setor de serviços B com características institucionais e como um modelo 17, cujas regras de construção são para áreas de lote maior que 2000 metros quadrados, testada mínima de 20 metros, afastamento frontal de 5 metros, lateral de 2,5 metros e de fundos de 5 metros no mínimo, ocupação para seção transversal máxima livre para altura com até 7 metros, ocupação máxima de 0,7 para altura de até 7 metros e a permeabilização mínima de 0,10.

Tabela 3: Quadro de modelos urbanísticos

USOS	ANEXO 03 - QUADRO DE APLICAÇÃO DE MODELOS URBANÍSTICOS											
	ZAU1	ZAU2	ZAU3		ZAU4	ZAU5	ZAU6					ZAU 7 Centro Histórico
			SETOR I	SETOR II			SETOR I	SETOR II	SETOR III	SETOR IV	SETOR V	
HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	M0 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾ M1 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾ M1 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽³⁾ M1 ⁽³⁾	M0 ⁽³⁾ M1 ⁽³⁾	M0 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M1 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	*
HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR	M2 ⁽¹²⁾	M2 ⁽¹²⁾	M2 ⁽³⁾ M3 ⁽³⁾ M4 ⁽³⁾	M2 ⁽³⁾ M3 ⁽³⁾ M4 ⁽³⁾	M2 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M3 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M4 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M2 ⁽¹³⁾ M3 ⁽¹³⁾ M4 ⁽¹³⁾	M4 M5	M2 M3 M4 M5 M6	M4	M4	M4	*
COMÉRCIO VAREJISTA/ COMÉRCIO ATACADISTA E DEPOSITO	M7 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	M7 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M17 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽³⁾ M8 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M9 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M13 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M15 ⁽³⁾⁽⁸⁾	M0 ⁽³⁾ M8 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M9 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M13 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M15 ⁽³⁾⁽⁸⁾	M0 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M8 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M9 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M13 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M15 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M0 ⁽¹⁾ M8 ⁽¹⁾ M9 ⁽¹⁾⁽²⁾ M13 ⁽¹⁾⁽²⁾ M16 ⁽¹⁾⁽⁴⁾	M0 ⁽⁸⁾ M8 ⁽⁸⁾ M9 ⁽⁸⁾ M14 ⁽⁸⁾ M16 ⁽⁸⁾	M0 M8 M9 M13 ⁽⁸⁾	M0 ⁽⁸⁾ M8 M13 M15 M16	M0 M8 M13 M15 M16	M0 ⁽⁸⁾ M8 ⁽⁸⁾ M9 ⁽⁸⁾ M14 ⁽⁸⁾ M16 ⁽⁸⁾	*
SERVIÇOS "A", "B" E "C"	M7 ⁽¹²⁾ M9 ⁽¹²⁾ M11 ⁽¹²⁾	M7 ⁽¹²⁾ M9 ⁽¹²⁾ M11 ⁽¹²⁾ M17 ⁽¹²⁾	M0 ⁽³⁾ M7 ⁽³⁾ M10 ⁽³⁾ M11 ⁽³⁾ M15 ⁽³⁾ M16 ⁽³⁾	M0 ⁽³⁾ M7 ⁽³⁾ M9 ⁽³⁾ M11 ⁽³⁾ M15 ⁽³⁾ M16 ⁽³⁾	M0 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M7 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M9 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M11 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M15 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M0 M7 M8 M9 M11 M16 M17	M0 M7 M10 M12 M16	M0 M7 M10 M11 M12 ⁽⁵⁾ M16 ⁽⁵⁾ M18 ⁽⁵⁾	M0 M7 M10 ⁽⁵⁾ M11 ⁽⁵⁾	M0 M7 M9 M11 M15	M0 M7 M10 M12 M16	
INDÚSTRIA	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽¹⁰⁾ M20 ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾ M20A ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾ M21 ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾	M19 ⁽³⁾	M19	M19	M19	M19	M19	*

4.6. PROJETO

Para caracterização da ILPI foi escolhido o nome “Hozana Lar para Idosos” e foi feita uma marca visual para sua identificação.

Figura 12 – Válvula de descarga Hydra



Fonte: Própria

O usuário do espaço será o idoso Grau de Dependência I – idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de auto-ajuda; e os funcionários.

O trabalho apresenta o projeto arquitetônico de uma Instituição de longa permanência para idosos na cidade de Belém. Diante da necessidade de amparar a população idosa de Belém dos bairros Canudos e Terra Firme,

O idoso traz consigo história, memórias, costumes e limitações, portanto para a criação de um ambiente onde vá viver, o arquiteto precisa atentar para um tipo de composição que tenha o mínimo de impacto e que venha a ser facilmente aceito, de preferência que tenha elementos construtivos conhecidos.

Neste projeto tentei respeitar esses elementos, tendo em vista que o tipo de habitação comum em Belém é a alvenaria e por se tratar de idosos que podem precisar de equipamento de autoajuda, o partido do projeto foi elaborado em pavimento térreo. Busquei inserir a ideia de lar ao invés de hospital, tornando assim o ambiente agradável para a vivência.

Pisos, rodapés e paredes: foi dada uma atenção especial ao piso utilizado para que sejam evitadas quedas e escorregadas e reflexos, aplicando-se então o piso antiderrapante e sem brilho, também utilizei o rodapé que com os contrastasse com o piso de forma que o idoso cuja visão Possivelmente debitada poderá perceber a

diferença entre a parede e o piso e a delimitação do espaço.

Pisos e paredes de áreas molhadas: pisos ainda antiderrapantes nos Banheiros PNE, constituídos de barras auxiliares para o apoio e/ou para transferência para o lavatório e para o vaso sanitário com a adição de uma alavanca junto a válvula de descarga Hydra eco conforto. Ver figura.

Figura 13 – Válvula de descarga Hydra



Fonte: Site Hydra

As paredes de áreas de circulação com barras de apoio em suas laterais. Portas, janelas, maçanetas: as esquadrias utilizadas serão de PVC e o peitoril das janelas e guarda corpos terá 1 m e meio de altura de acordo com a norma da ABNT NBR 9050. A Infraestrutura física contará com área para armazenagem e manutenção de roupa, local específico para armazenamento de roupa limpa e local específico pra armazenamento de roupa suja que sejam de fácil limpeza.

O serviço de lavanderia será terceirizado e contratará alguma empresa licenciada pela vigilância sanitária. Foi adicionada a sala de terapia ocupacional, por se tratar de um ambiente de atendimento e tratamento e uma sala de Fisioterapia voltada para a cinesioterapia e mecanoterapia. Seguindo as características do espaço físico indicadas pelo SOMASUS. E o equipamento de apoio a fisioterapia serão: barras paralelas, bolas, espelho.

PREFEITURA DE BELÉM
SECRETARIA DE HABITAÇÃO
HOZANA LAR PARA IDOSOS
TV. JUVENAL CORDEIRO
BELÉM/PARÁ

1. PROJETO ARQUITETÔNICO

1.1. MEMORIAL

O Hozana Lar para Idosos situa-se em uma área à Travessa Juvenal Cordeiro, no Bairro Canudos, em Belém - Pará, inserida no perímetro Rua Silva Rosado, Rua da Olaria e Rua Dr. Américo Santa Rosa, podendo ser acessado por qualquer lado, mas de preferência pela Juvenal Cordeiro, pelo fato de haver uma curva que pode ser perigosa para a caminhada nos perímetros da Rua Silva Rosado e Rua da Olaria.

Estrutura em concreto armado.

Alvenaria em blocos cerâmicos de 15 cm com 6 furos.

Laje pré-moldada em concreto.

Cobertura telhas metálicas e termoacústicas com painel solar instalado.

Instalações hidráulicas a instituição será servida de água fria coletada pela rede pública.

Instalações elétricas com entrada de luz e força e distribuição de acordo com os circuitos e conversão de circuitos gerados com energia solar.

Revestimento: todas as paredes receberam chapisco e reboco de gesso, nas áreas úmidas as paredes serão barradas e impermeabilizadas até o teto. Paredes dos banheiros com cores contrastantes.

Pisos sem desníveis e em cerâmica antiderrapante.

Pinturas: as paredes serão pintadas em tinta látex fosca e os caixilhos de tinta verniz.

Vidros temperados duplos e esquadrias de PVC.

Equipamentos e acessórios de acessibilidade: Barras de apoio horizontal instaladas nos corredores, barras de apoio para os banheiros acessíveis e lavatórios. Anel para instalação na barra em rampa de acesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização de um projeto de Instituição de Longa Permanência para idosos foi importante ter sido estudada a legislação que envolve o tema “idoso” e “deficiente”, pois assim se obteve um melhor conhecimento de possibilidades de subsídios e das regras que regem a atmosfera do idoso e de quais os seus direitos. Se aprendeu assim que pelo estatuto do Idoso, ele passa a ser uma das questões prioritárias para o Estado, colaborando assim com a ampliação de possibilidades de defesa desse indivíduo, ficando ele assim amparado.

A transição da estrutura etária é um fato que está em andamento, contudo isso não exclui que o idoso está amparado pelo governo e tem seus direitos são garantidos de tal forma que ele tem incentivos para adaptação de um ambiente de qualquer tipo de ambiente para as suas necessidades físicas, Caso não tenha como se manter resisti o auxílio de caráter previdenciário que pode ser solicitado após 65 anos.

A arquitetura pode vir a servir o idoso de várias maneiras, quando forem seguidas as regras normalizadas pela NBR9050 e quando o pensar construtivo for voltado a inclusão e pensado nas limitações que o corpo adquire com o passar dos anos. Por exemplo: o mobiliário escolhido em um projeto de idoso precisa ser predominantemente de baixo alcance, pois a perda de estatura e de alcance manual são situações enfrentadas no período da velhice.

Neste trabalho se fez um aparato geral das leis e das informações acerca do processo de envelhecimento para que fosse produzido um projeto de maior adequação ao indivíduo em seu período idoso.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR: 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004

ANVISA (BRASIL). **Resolução da Diretoria Colegiada 283**, de 26 de setembro de 2005. Disponível em: <
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade de pessoas com deficiência e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 50, de 21 de fevereiro de 2002**. Disponível em:<http://www.redeblh.fiocruz.br/media/50_02rdc.pdf>.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 283**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html>

CAMARANO, A. (org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Brasília: IPEA,1999.

CAMARANO, A.A. KANSO, S. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/14.pdf>>.

DUARTE, MLC. **Avaliação da atenção aos familiares num centro de atenção psicossocial**: uma abordagem qualitativa [dissertation]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP; 2007. 173p

PEDROSO, Ana Cristina Pacha de Carvalho. **Estudo antropométrico do idoso da Amazônia para fins projetuais** / Ana Cristina Pacha de Carvalho Pedroso; orientadora, Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão.- 2012 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2012.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a

Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>>.

VENTURINI, Ernesto. **A desinstitucionalização: limites e possibilidades**. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 138-151, abr. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 dez. 2019